

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, querida colega deputada Ana Paula Lima, quero fazer uma sequência de pronunciamentos a respeito da situação dos hospitais de nosso estado, mas sob o ponto de vista das soluções práticas que estão em andamento.

Felizmente, a secretaria estadual da Saúde acordou e agora está andando em passos acelerados, em sintonia com o ministério da Saúde, para

implantar em nosso estado as chamadas redes de atenção. E o caminho novo para os hospitais não é o reajuste da tabela do SUS. Agora, se tivermos sucesso no Saúde + 10, talvez tenhamos que acrescentar bilhões ao Orçamento, embora, recentemente, a presidente da República, Dilma Rousseff, por sua decisão, acrescentou, deputado Neodi Saretta, pelo que me consta, mais de R\$ 20 bilhões ao Orçamento da saúde para este ano.

Então, de quase a metade daquilo que estamos reivindicando pelo Saúde + 10, que já houve uma decisão pessoal da presidente, acredito que possa, lá na frente, vir algum reajuste para a média e para a baixa complexidade. Mas o ministério da Saúde decidiu que o caminho novo é o das chamadas redes de atenção. Vou pegar um exemplo prático: no hospital de Tijuca, que acompanho de perto, são realizadas audiências há dois anos pela comissão de Saúde com todos os prefeitos do vale Tijuca para discutir a questão dos hospitais de Tijuca, Canelinha, São João Batista, Nova Trento.

Temos que vocacionar esses hospitais porque eles não podem ficar fazendo a mesma coisa sem resolutibilidade! Mas o hospital de Tijuca é um hospital que está às margens da BR-101, já é referência para aquela microrregião e havia propostas já apresentadas e levadas em várias audiências ao secretário estadual da Saúde em Tijuca. Trouxemos comitivas de prefeitos, secretários da Saúde e vereadores da região do vale do Tijuca para a secretaria da Saúde, para buscar um caminho para os hospitais, mas, infelizmente, eu mesmo disse: "Secretário, a bola está pingando na área, é só fazer o gol. Comece, secretário, esse chamado vocacionamento dos hospitais, região por região, pelo vale do rio Tijuca, porque cada um já escolheu até um vocacionamento entre os quatro hospitais".

Mas isso acabou sendo protelado e a crise foi se agravando cada vez mais, como em outros hospitais. O Hospital São José e a Maternidade Chiquinha Gallotti, de Tijuca, estavam com data marcada para fechar no dia 5 de maio, mas naquele momento surgiu o caminho das chamadas redes de

atenção. Por sorte, como Tijucas fica na região metropolitana da Grande Florianópolis, e Florianópolis é uma das regiões em que está mais adiantado o processo de encaminhamento de redes de atenção de urgência, de emergências e outras redes, um pouco já está na região norte de Joinville e o resto do estado ainda está praticamente a zero. Mas agora o estado resolveu aderir e caminhar de forma acelerada, sendo dado um prazo de dois meses para que o estado possa se organizar dentro desse propósito.

Qual foi então o encaminhamento para o hospital de Tijucas? Ele será habilitado nas redes de atenção, e sendo habilitado será um hospital geral de portas abertas, irá manter um plantão de 24 horas por dia e terá leitos de retaguarda. O que significa isso? Significa que somente pela habilitação que vai ter na rede passará a receber do governo federal, do ministério da Saúde, R\$ 100 mil por mês, a título de incentivo, para ajudar no custeio. É exatamente o que sempre pedimos, ou seja, que os hospitais recebessem recursos de custeio.

Em segundo lugar, esse hospital vai habilitar dez leitos de retaguarda. O que são leitos de retaguarda? Muitos pacientes do vale do rio Tijucas ou da região sul da Amfri, de Porto Belo, de Bombinhas, de Itapema, de Governador Celso Ramos, de Biguacu e até da Grande Florianópolis ficam internados ocupando um leito de alta complexidade, por exemplo, no Hospital Regional de São José ou no Hospital Celso Ramos para fazer uma cirurgia de média complexidade na área da ortopedia ou porque estão com uma broncopneumonia e precisam de uma hospitalização de até uma semana. Ao invés, então, de ocuparem um leito nesses hospitais de alta complexidade, eles seriam internados no hospital de Tijucas, que é um hospital que terá dez leitos de retaguarda, recebendo para isso um ganho fixo de R\$ 36 mil para cada cinco leitos e de R\$ 72 mil para dez leitos.

Isso foi incluído também na recontratualização, fruto da audiência que tivemos

com o secretário nacional da Saúde, como forma de recompor o teto do SUS em Santa Catarina. Essa foi a justificativa que o secretário encontrou para um repasse extraordinário ao estado e assim esses hospitais poderem rever valores. O pronto-socorro do hospital de Tijucas, por exemplo, estava contratualizado para receber R\$ 15 mil por mês, mas realizava procedimentos que chegavam a R\$ 28 mil, e agora ele está sendo recontratualizado por R\$ 30 mil por mês. Quer dizer, haverá um acréscimo de R\$ 15 mil no pronto-socorro.

Portanto, o hospital de Tijucas, que estava fechando suas portas no dia 5 de maio e vinha clamando por socorro, inclusive por recursos de custeio, agora receberá, extraordinariamente, uma ajuda de R\$ 100 mil, de R\$ 72 mil e de mais R\$ 15 mil - estou falando aqui em quase R\$ 200 mil - e poderá também ampliar as cirurgias eletivas. O referido hospital faz uma média de R\$ 34 mil em cirurgias eletivas e poderá dobrar e até triplicar essas cirurgias. Há filas imensas de pacientes na Grande Florianópolis esperando por cirurgias eletivas. Basta somente colocar o pronto-socorro, as salas cirúrgicas, o hospital a funcionar plenamente para receber uma parte significativa de recursos, de receita a partir dos mutirões de cirurgias eletivas.

Então, resolvemos, de forma concreta, esse problema do hospital. Falamos nós porque através da comissão de Saúde desta Casa é que há dois anos estamos participando das discussões sobre esses hospitais como o de Tijucas, apresentando várias alternativas para o secretário.

Num esforço conjunto, tive a oportunidade de participar diretamente das negociações e quando se achava que não havia mais solução conseguimos que o próprio prefeito de Tijucas, que estava com o convênio suspenso desde o final do ano passado, voltasse a manter os R\$ 56 mil referentes ao convênio da prefeitura com o hospital, de forma retroativa.

É uma solução concreta, verdadeira, pois o hospital passará por uma nova etapa. E ainda vem mais porque estou falando apenas da rede de

atenção de urgência e emergência, mas daqui a pouco será implementada a Rede Cegonha. No Hospital São José há a Maternidade Chiquinha Gallotti, que com certeza receberá recursos significativos por ser habilitado nessa Rede.

Este é o caminho para os hospitais em Santa Catarina. Essa é a solução para o hospital de Azambuja, em Brusque; essa é a solução para o Hospital Pequeno Anjo da minha cidade que também vai aderir às redes, e essa é a solução para os hospitais de todo o estado de Santa Catarina.

Quero relatar vários outros casos aqui, um a um, até para que as pessoas, para que a população que nos acompanha pela TVAL possa entender. Trata-se de um novo caminho delineado pelo ministério da Saúde. Quer dizer, R\$ 1,00 de reajuste na tabela do SUS dá uma repercussão enorme no montante dos recursos para a Saúde e não será garantido, como diz o ministro, que haverá controle, qualidade no atendimento, resolutibilidade.

As redes de atenção são um caminho novo com resolutibilidade, com metas a serem atingidas, incluindo todo um processo de humanização, porque ainda nas redes de urgência e emergência há toda uma atenção básica que terá um destaque importante. Há também as salas de estabilização, que serão mais uma alternativa, e uma atenção domiciliar, que é valorizar a internação em casa através dos familiares ou de cuidadores.

Portanto, o ministério institucionaliza também outra dimensão importante dentro dessa concepção das redes de cuidados e agora, no vale do rio Tijucas, vamos vocacionar o hospital de Canelinha, de São João Batista, de Nova Trento dentro dessa concepção das redes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos

acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Volnei Morastoni, que falou com muita propriedade porque é médico e que falou com empolgação, juntamente com o deputado Jailson Lima, sobre a questão dos hospitais. Mas tenho dito que é preciso que cada um faça a sua parte, a começar pelo governo federal com relação à tabela SUS.

Em todas as partes do estado por onde passamos todos dizem que o problema está em torno da tabela SUS. É evidente que não se trata somente dessa tabela, pois associado a isso há problemas de gestão como eficiência, política de resultado, resolutibilidade. Mas nenhum discurso é tão forte quanto aquele em que alguém compara o papel de cada instância e a obrigação de cada Poder, e nessa seara estou convicto e convencido de que o governo federal falha muito. Por essa razão podem vir aqui fazer qualquer tipo de discurso, mas enquanto o governo federal não cumprir efetivamente a sua parte, esse problema tende a se agravar cada vez mais.

É inimaginável que um município como Joinville, assim como outros, esteja utilizando 30% do seu Orçamento em Saúde. Em contrapartida, o indexador do governo federal é irrelevante se comparado a toda essa situação.

Por isso há necessidade de um levante neste país e de um apelo muito forte. Então, gostaria, imensamente, e falo porque o meu partido faz parte da base do governo Dilma Rousseff, assim como o PMDB, o PT e tantos outros partidos, de ouvir deputados do Partido dos Trabalhadores reconhecerem essa situação que é verdadeira, que é constatada na realidade, no dia a dia, não apenas em Santa Catarina, como em todo o Brasil.

Mas, sr. presidente, ontem, pela manhã, estive com o sr. presidente da Casan, Dalírio Beber, juntamente com o diretor administrativo, Arnaldo Venício de Souza, tendo em vista a preocupação com a situação de todos os procedimentos relacionados à barragem do Salto, em Timbé do Sul, na comunidade de Areia Branca. Essa é uma barragem que exige uma monta de, aproximadamente, R\$ 70

milhões a R\$ 80 milhões, sendo que o governo do estado já fez a sua parte, já fez as desapropriações, mas elas estão ainda impedidas pelos imbróglis das sequências ambientais, e até este momento ainda não houve realmente um desembaraço disso.

Estamos falando de um investimento no estado na ordem de R\$ 10 bilhões. Se no momento ele é oportuno, por duas vezes já consecutivas foi reiterado esse recurso garantido no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - do governo federal. Não foi possível a sua utilização justamente por consequência desses impeditivos na legislação ambiental.

Eu dizia ontem ao presidente Dalírio Beber o seguinte: "Presidente, quem faz a pasta é o titular. Eu sei da sua competência, da sua desenvoltura e do seu grau de relacionamento, mas cito como exemplo o problema dos oleiros, dos rizicultores, dos fruticultores e de tantos outros segmentos quando ficam jogando a culpa em cima do Ministério Público Estadual, ou Federal, ou da Polícia Ambiental, ou da Fatma".

Quando digo que quem faz a pasta é o titular, é porque o estado precisa ser o motivador e incentivador desse processo, tem que capitanear essa gestão e convidar para o debate todos esses órgãos, porque, afinal de contas, essa barragem vem travando o desenvolvimento na área da rizicultura, da rizipiscicultura e na questão turística. Além da regularização das vazões de águas em épocas de cheias e de estiagem, vem dar a segurança jurídica ao setor produtivo.

E, pelo que vejo, o problema não é financeiro. O problema é o arranjo que precisa ser feito, sendo que cada órgão precisa cumprir os seus compromissos e chamar à responsabilidade todas essas instituições, porque o problema não é somente do estado. O problema é de todos nós!

Tenho certeza e convicção de que a partir dessa atitude haverá, sim, a sensibilidade por parte tanto do Ministério Público quanto da Fatma de buscar inclusive medidas compensatórias para que não se inviabilize esse investimento, a

exemplo do que foi feito na barragem do Rio São Bento, que hoje abastece a região carbonífera com muita propriedade, dando segurança não somente no abastecimento de água potável à população, como também para a indústria e para a agricultura, além de desencadear a questão turística e a rota da gastronomia que se estabelece por aquela região e que dá, com certeza, segurança jurídica para que os investidores possam ter certeza de poder investir e prospectar os seus negócios.

Por isso fiz um apelo ao presidente. Passado o roteiro do Orçamento Regionalizado que ocorrerá na próxima semana, deveremos fazer uma audiência capitaneada, sim, pela própria Casan, junto com o governo, chamando o Ministério Público Estadual e Federal, o Ibama, a Fatma e todos os órgãos envolvidos para que possamos desembaraçar todo esse processo, dar continuidade aos trabalhos e ver o início da execução dessa grande, esperada e sonhada obra.

Aproveitando o ensejo, gostaria de saudar o vereador Vanderlei José Zilli, de Criciúma, que nos visita neste Parlamento. Seja bem-vindo, vereador!

Era isto que tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, para manter a tradição, vamos dividir o tempo com o deputado Maurício Eskudlark.

Inicialmente, gostaria de parabenizar o governo do estado e os prefeitos do vale do Itajaí pelo entendimento capitaneado pelo prefeito Napoleão Bernardes, os quais, ontem, finalmente chegaram a um acordo no que diz respeito ao futuro complexo penitenciário do vale do Itajaí. Temos

acompanhado há muitos anos o dilema, deputado Sargento Amauri Soares, do presídio de Blumenau que, infelizmente, aparece como o pior do sul do Brasil.

O deputado Maurício Eskudlark conhece bem a realidade, existem 400 vagas hoje, com 800 presidiários, e há, finalmente, a possibilidade efetiva e o compromisso por parte do governo na desativação desse presídio em paralelo, deputada Ana Paula Lima, com a construção de um complexo penitenciário que poderá inclusive abrigar a ala feminina e abarcar também o presídio de Blumenau.

Foi definido de que será construído no município de Blumenau, mantendo-se ainda em segredo, em sigilo o local, para evitar especulações. Mas já está definido o espaço físico com o compromisso do governo do estado em adquirir esse terreno, em pagar essa área, facilitando assim a implantação do complexo. Lembramos que na parceria com o governo federal serão investidos R\$ 28 milhões para a construção desse complexo penitenciário, o que é uma boa notícia para o vale do Itajaí, como também para todo o estado de Santa Catarina. É uma resposta que se dá à questão da segurança em nosso estado.

Sr. presidente e srs. deputados, antes de deixar o tempo restante ao meu colega deputado Maurício Eskudlark, quero informar que estivemos, ontem à tarde, em audiência com o secretário da Educação, Eduardo Deschamps. Entre outras temáticas, queríamos ouvir do próprio sr. deputado o seu posicionamento sobre essa polêmica toda que nós, parlamentares, em especial, temos sido cobrados. E falo como membro da comissão de Educação do chamado processo de re-enturmação, procedimento que não é novo e que acontece desde o ano de 2005, mas que tomou proporções de debate talvez pela forma como foi acelerado o processo no ano de 2013.

Conforme a Lei Complementar n. 170/98, o máximo de alunos permitidos em sala de aula é o seguinte: 25 alunos no primeiro ano do ensino fundamental, 30 alunos do segundo ano ao quinto

ano, 35 alunos do sexto ano ao nono ano e 40 alunos no ensino médio.

No entanto, observamos - o próprio secretário da Educação, Eduardo Deschamps, admitiu isso - que houve um excesso de zelo na observação dessa proposta que foi recomendada às diretorias de gestão de pessoas e de educação básica das Gereds, nas diferentes regiões do estado de Santa Catarina. Houve, de fato, certas radicalizações. Tentaram, deputado Maurício Eskudlark ser mais católicos que o Papa. Então, houve equívocos, mas felizmente o secretário foi alertado.

Hoje, neste exato momento, o secretário da Educação está reunido com todas as gerências do estado de Santa Catarina para rever esses casos esporádicos de excesso de zelo, e que se possa de fato dar qualidade à nossa educação no que diz respeito à segurança do número de alunos em sala de aula, evitando esses disparates administrativos que foram cometidos por uma interpretação extremamente radicalizada da Lei Complementar n. 170/98.

Então, apostamos no diálogo entre a direção, professores e alunos e agradecemos ao secretário Eduardo Deschamps pela abertura e solidariedade à temática e pela disposição, inclusive, em recuar de casos em que houve radicalização nessa polêmica levantada em nosso estado do processo de re-enturmação.

Era isso que gostaria de dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado ao PSD, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, continuando na argumentação do nosso colega deputado Ismael dos Santos, tenho dito que todos os setores de Santa Catarina, especialmente o da educação, têm sido conduzidos de forma exemplar.

Quero parabenizar o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, e a secretária adjunta, Elza Moretto pelo seu trabalho empreendido. Com relação a todos os reclames e dificuldades que nos chegam através de professores, alunos e APPs, temos visto o empenho do secretário no sentido de solucionar essas questões, inclusive, a secretária adjunta normalmente, em 24 horas, já liga dando retorno e informando as providências.

Como falou o deputado Ismael dos Santos, quando se passa uma orientação é objetivando a qualidade de ensino, melhor condição de estudo aos alunos e aperfeiçoamento aos professores. Às vezes temos algumas ações isoladas que criam esse problema, claro que o que se busca com a re-enturmação é o não desperdício de espaço. Quando houve essa orientação da secretaria da Educação o que se buscou é que em cada colégio dos municípios houvesse uma melhor solução.

Ficamos felizes ontem, pois o deputado Ismael dos Santos nos informou que estava indo à secretaria para tratar dessa questão. É importante quando a Oposição e todos os deputados levantam esse tema, mas nós, da base, quando recebemos essas reclamações vamos direto ao secretário pedir uma solução. Claro que os dois buscam o mesmo discurso.

A educação dará grandes saltos em termos de investimentos. Está sendo construída uma escola estadual em Balneário Camboriú, no bairro das Nações, uma obra reivindicada há muitos anos por toda a comunidade.

Estivemos reunidos com a presidente da Associação dos Moradores daquele município, a Vera, com o Salésio Jacomossi, enfim, com todas as lideranças, as quais já trataram desse assunto em algumas reuniões.

É uma obra imponente, uma obra de acordo com que Balneário Camboriú merece e é, sem dúvida, a cidade mais rica em termos de arrecadação. Assim sendo, a administração municipal tem condições de prestar serviços ao cidadão, ou seja, de atender a população, o estudante, o jovem. E no que se refere à questão de infraestrutura, possui maior

facilidade que qualquer outro município do estado de Santa Catarina. Isso é importante, mas não pode, é claro, desobrigar a união e o estado dos investimentos necessários.

Foram efetivadas várias ações em Balneário Camboriú que ajudaram nesse contexto. Sempre citamos aqui a questão da segurança pública; da criação da guarda municipal com sua presença constante; do novo sistema de iluminação em toda a Avenida Atlântica, proporcionando tranquilidade aos pedestres. Eu diria, deputado Ismael dos Santos, que é a avenida mais segura do Brasil porque vemos pessoas à meia-noite, a uma hora, às 2h, às 6h caminhando com total segurança.

Infelizmente, não tínhamos essa segurança alguns anos atrás pela falta de iluminação, pela falta de policiamento e pela existência de usuários de drogas e até de traficantes. Quando atuamos lá como delegado de polícia havia um grande número de flagrantes realizados naquela região e aquilo impedia a livre movimentação das pessoas, mas hoje, com esses investimentos feitos, tudo está mais tranquilo.

Claro que com a criação da guarda municipal, com a Polícia Militar destacando o seu efetivo, as suas viaturas indo para outras áreas, isso melhorou muito, pois desta forma ela pode agir efetivamente no combate à criminalidade.

Por isso estamos tratando e queremos levar aos colegas deputados da comissão de Segurança Pública dois assuntos que achamos importantes. Um deles é a questão da faixa de segurança em Balneário Camboriú. Nas cidades, temos que priorizar o pedestre, o cidadão e através desta comissão queremos fazer um trabalho em nível estadual integrado com os CFCs, com as autoescolas, através de cursos, de palestras em todos os colégios, em todas as escolas de nosso estado, principalmente aquelas direcionadas às crianças na questão do respeito às normas de trânsito, à faixa de segurança, seja pelo pedestre ou pelo motorista. Concluimos, então, que essa é uma ação que deve ser incentivada desde os sete anos, oito anos de idade, pela sua importância.

Há um estudo sendo feito também em relação à questão da prevenção e combate às drogas, mas os dois vão trabalhar concomitantemente, principalmente a questão da prevenção e do cuidado no trânsito.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apenas quero registrar, sr. presidente, a presença, neste Parlamento, do prefeito Celso Zuchi, do município de Gaspar, e do presidente da Fecam, que visita esta Casa Legislativa.

Quero desejar boas-vindas aos dois a esta Casa.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero, inicialmente, cumprimentar os vereadores, o prefeito de Gaspar e em seu nome cumprimentar os demais prefeitos.

Srs. deputados, quero abordar um assunto que tramita hoje no Congresso Nacional no que diz respeito à reforma tributária. Refiro-me à equalização do ICMS entre os estados por intenção do governo federal, da presidente da República de taxar 4% para todos os estados no comércio das mercadorias entre os estados.

Quando produzimos um produto no estado, vendemos para o outro e dizemos que os estados são independentes, mas passamos dentro dos valores dos tributos também os tributos, na verdade, estamos sequestrando um valor que é daquele estado para o estado que está vendendo a sua mercadoria.

Então, é injusto o fato de, por exemplo, Santa Catarina vender geladeira para o nordeste cobrando ICMS de 7 a 8%. Tem que ser sem nenhum tributo, pois é um imposto estadual! Apenas o valor da mercadoria deveria ser cobrado. E o tributo teria que ser cobrado do estado onde vai ser comercializado. Como atualmente esse tributo do ICMS é repassado no produto e existe um mercado entre estados, ocorre uma verdadeira guerra fiscal para aumentar a economia, a indústria deste ou daquele estado. Certamente os estados que têm a maior produção industrial exportam para todos os estados e aí é que acontece a chamada guerra fiscal, em que se oferecem benefícios para as empresas para, a partir daí, comercializarem seus produtos com outros estados, sequestrando verbas de outros estados.

Por isso, então, que a ideia do governo federal de estabelecer um valor único de ICMS de 4% é irreal, pois teria que ser zero. Entre os estados não deveria haver imposto algum. Se isso tivesse que acontecer, deveria ser uma taxa igual de 4%. Todos os produtos estadualizados deveriam incorporar os 4% que correspondem ao ICMS. Dali para cima o estado coloca o valor que deseja, normalmente de 17%.

O que ocorre é que esse projeto que tramita no Congresso Nacional está recebendo uma enorme quantidade de emendas com a finalidade de beneficiar alguns estados com valores maiores. Por exemplo, a zona franca de Manaus deveria vender seus produtos para os estados com um valor de ICMS de 7% em vez de 4%. Desta forma, os estados mais pobres como o Amapá, o Acre, Rondônia e Roraima deveriam ter um índice diferenciado, justamente para favorecê-los.

Mas essa diferença de alíquota vai ainda deixar essa questão do ICMS dos estados capenga. Por isso defendemos que, se queremos equalizar o ICMS entre os estados, precisamos ser rigorosos. Que seja de fato a mesma alíquota de 4% e que depois os estados e a união encontrem outras maneiras para compensar algumas diferenças.

A união, hoje, detém mais de 70% de toda a arrecadação e pode, sim, fazer o equilíbrio, a equalização das inúmeras diferenças que existem. Infelizmente, os estados dividem o seu bolo tributário e a maior parte volta para os municípios, conforme um índice parecido com a arrecadação. Os municípios que mais produzem e arrecadam são os maiores beneficiados no momento em que esse tributo retorna para os municípios.

Por isso a união detendo 70% dos recursos precisa usar inúmeras formas para tentar compensar a diferença social que naturalmente vai ocorrer com essa forma, de certa maneira injusta, de retornar os impostos. Atualmente, o governo federal, com as diversas reformas que ocorreram, tem usado várias formas de compensar isso. Os recursos relativos à saúde que vêm do governo federal para os governos estaduais e municipais vêm de forma per capita e não têm nada a ver com a arrecadação do município. O recurso para a educação retorna para os estados e desses para os municípios de forma per capita, por aluno, e não conforme a arrecadação.

Esses são exemplos, duas maneiras de como os tributos retornam às pessoas, promovendo a justiça social. Mas existem várias outras formas que o governo precisa privilegiar justamente para promover a justiça social. E o grande bolo tributário que o governo federal dispõe precisa ser utilizado com essa intenção.

Há uma proposta deste parlamentar, que tramita nesta Casa, no sentido de que parte dos tributos distribuídos da união para os estados e municípios seja utilizada como índice o número de pessoas, porque ainda são utilizados muitos índices de arrecadação, de movimento econômico, e isso ainda privilegia os estados e municípios com maior movimentação econômica. Se privilegiarmos o número de pessoas estaremos promovendo a justiça social, o que é obrigação dos governos federal, estadual e municipal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0005/2013, 0011/2013, 0015/2013, 0017/2013, 0024/2013, 0029/2013, 0044/2013, 0169/2012, 0312/2012, 0352/2012, 0422/2012, 0442/2012, 0452/2012, 0513/2012, 0641/2012, todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Comunica também que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 282/2013 e 0283/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0284/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0285/20143 e 0286/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica, da mesma forma, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0470/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0468/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0469/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Requerimento n. 0467/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem ao gerente de Relações Institucionais da Empresa TIM, pedindo melhorias e ampliação do sinal de telefonia móvel no município de Alto Bela Vista.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, em primeiro

lugar, quero dizer que ficamos felizes quando vemos um administrador público como o secretário da Educação rever as suas decisões com relação à questão das reenturmações que estão sendo feitas pelo estado de Santa Catarina e que estão causando transtornos para todos, principalmente para os alunos e professores.

É difícil quando no meio do jogo mudam-se as regras e para os professores ainda é pior porque eles planejaram durante um tempo aquele número de aulas, planejaram financeiramente também para receber aquela renda e de repente se vêm em palpos de aranha ao receberem uma decisão da secretaria da Educação informando que eles iriam perder aquelas aulas porque iriam juntar as salas de aula. Consequentemente, isso iria também reduzir o número de aulas. Por isso ficamos felizes com a decisão da secretaria da Educação, que vai rever a sua decisão.

Já fui professor de 20 alunos, 50 alunos em sala de aula na rede estadual e não é fácil, realmente, quando o número de alunos passa dos 30, porque o rendimento acaba sendo prejudicado. Não se consegue lecionar bem quando a sala está superlotada. Eu lecionei na Escola Básica João Colin, em Joinville, com 52 alunos em sala de aula, e quando íamos escrever no quadro logo atrás de nós estava o aluno com a sua carteira e nossas pernas acabavam encostando-se aos alunos. Isso realmente era muito complicado.

Então, parabéns ao secretário Eduardo Deschamps que vai rever sua situação, pois em muitos casos isso está trazendo grandes transtornos para os alunos, professores e toda a comunidade no estado.

Gostaria também de aproveitar e falar sobre a posse dos conselheiros de cultura que aconteceu ontem no Teatro Álvaro de Carvalho. Estávamos eu e o deputado Gilmar Knaesel representando a Assembleia, sendo que a presidente Mary Elisabeth Benedet Garcia foi mantida no referido cargo do Conselho Municipal de Cultura; o presidente da Fundação Catarinense de Cultura, sr. Joceli de Souza, que conduz com maestria a referida

fundação, e o secretário de Turismo, Esporte e Cultura do estado, sr. Beto Martins, que fez um belo discurso.

Ontem, também foram lançados os editais do Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura Catarinense e o Prêmio Catarinense de Cinema. Os dois editais vão conceder, aproximadamente, R\$ 10 milhões às pessoas de Santa Catarina que fazem cultura e também para a produção audiovisual. Serão R\$ 7 milhões para incentivo à cultura, teatro, entre outras formas de cultura, e R\$ 3 milhões somente para o Prêmio Catarinense de Cinema. Isso vai, de certa forma, incentivar a produção audiovisual em nosso estado, o que acaba democratizando os recursos para a cultura catarinense.

Também, sr. presidente, quero falar sobre o que está acontecendo, neste momento, em Joinville, ou seja, da reunião entre o sindicato dos servidores e a prefeitura municipal, para que se chegue a um acordo sobre o reajuste salarial este ano. A prefeitura ofereceu 4% e os servidores pedem, pelo menos, a inflação, o que representa uma diferença de aproximadamente 4% entre o que a categoria quer e o que a prefeitura oferece. Nós acreditamos que pelo menos a inflação é um bom número para ser repassado, pois abaixo disso acaba comprometendo o salário do servidor de Joinville.

Portanto, acredito que o prefeito Udo Döhler e seus secretários vão agir com sabedoria e chegar a um bom número para evitar a greve, que já está sendo prometida para segunda-feira. E não é bom para a prefeitura nem para a cidade começar um governo com greve. Por isso acredito na sabedoria da prefeitura municipal de Joinville, do sindicato dos servidores (Sinsej), para que realmente se chegue a um denominador comum e para que a população de Joinville não venha sofrer com mais uma greve, já que o referido município enfrentou, nos anos anteriores, várias greves e quem acaba sofrendo com tudo isso é a população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, assomo à tribuna neste momento para homenagear uma pessoa de Joinville que assumiu o centro cirúrgico do Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

Mas vou deixar para fazer esta homenagem mais tarde, até porque bem na hora em que iria falar desapareceu, infelizmente, da minha pasta a razão desta minha fala. De qualquer maneira, quero aproveitar a oportunidade para agradecer ao governador Raimundo Colombo por mais uma vez estar dando atenção a Joinville, procurando atender não somente o município como a nossa região através das reivindicações que fizemos.

Recentemente, estivemos na secretaria da Segurança Pública com o dr. César Grubba reivindicando mais segurança para o município de Itapoá e de pronto o sr. governador determinou a ida secretário até aquele município, juntamente com o diretor da Polícia Civil, os quais providenciaram que fossem para lá mais viaturas e alguns policiais a mais. Serão também instaladas dez câmeras de vigilância.

Foi realizada, também, em Araquari uma audiência, mas como não pude estar presente, foram para lá meus representantes.

Esta semana foi feita a mesma reivindicação ao dr. César Grubba, que também de pronto está procurando atender aquela comunidade nessa questão de segurança.

Em Joinville, o governador manifestou preocupação e ficou sensível em relação a esse fato.

Nós criticamos e pedimos, mas também temos que ter a sensibilidade para agradecer. Por essa razão entendemos que essa sintonia fina do sr. governador com o norte do estado de Santa Catarina tem trazido grandes benefícios, principalmente porque estamos vendo para os próximos meses um

investimento bastante grande tanto na área da segurança quanto na área da saúde.

Estamos ainda com o problema da avenida Santos Dumont, em Joinville, que é a negociação com as indenizações, com as desapropriações. É uma novela que se arrasta, mas não é por falta de vontade governamental. É um problema que se arrasta por conta dos próprios moradores que não entendem que o valor oferecido a eles não é o valor que deveria ser e, portanto, as coisas não funcionam como queríamos, essa é a verdade.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Deputado Nilson Gonçalves, gostaria de contribuir com a sua fala dizendo que participei de algumas reuniões com o secretário Valdir Cobalchini e com a Acij para tratar desse empenho do governo, da Acij e dos empresários e proprietários da Avenida Santos Dumont, da Rua Dona Francisca, no sentido de unir forças no sentido para que essa obra saia de uma vez por todas.

Mas é preciso, neste momento, boa vontade dos moradores, porque tudo é possível quando se tem boa vontade. O que os moradores vão ganhar com a duplicação daquela avenida é muito maior do que estão negociando como indenização.

Então, o governo tem feito força, o secretário Valdir Cobalchini tem ido lá, a Acij montou uma força tarefa para conversar com os proprietários, para que realmente eles se sensibilizem no sentido de se conseguir o quanto antes iniciar as obras da Avenida Santos Dumont.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Com certeza, deputado Sandro Silva. E queira Deus tenhamos as máquinas roncando e não parando mais de roncar até o fim da duplicação, porque em Joinville a máquina começa a roncar e logo depois para. Mas não é por falta de vontade, é devido aos trâmites existentes.

Quero agradecer ao presidente, que me acudiu. Eu fiz um requerimento que na verdade é um reconhecimento a um grande joinvilense - o

deputado Darci de Matos deve conhecê-lo -, dr. Robinson Poffo, um homem reconhecido mundialmente pelas suas qualidades nas cirurgias cardíacas e que já foi convocado para trabalhar no Hospital israelita Albert Einstein, em São Paulo, hospital de transplantes, talvez o mais importante da América do Sul. E agora ele foi guindado à condição de coordenador-geral de transplantes cardíacos daquele hospital.

É um médico que considero que tem muita vocação pelo que faz. Um dia desses, meu coração começou a dar umas palpitações meio estranhas e eu corri e viajei até São Paulo para fazer um exame com esse médico. Fui daqui de Joinville até São Paulo, mas há pessoas que vêm de outros países para fazer consulta com esse médico. Deputado Silvio Dreveck, se v.exa. quiser, tenho o endereço desse médico. É importante um médico dessa área porque o nosso coração, nessa turbulência diária da vida, pode um dia não suportar mais essas emoções da vida.

Então, quero deixar registrado nesta Casa - fiz também esse requerimento para que chegasse até as mãos dele - o nosso reconhecimento, a nossa homenagem ao dr. Robinson Poffo, não somente como figura humana, mas também como profissional de altíssimo nível, um joinvilense como todos nós.

Quero aproveitar o ensejo também para comunicar, sr. presidente, que viajarei, no domingo, para Alemanha, juntamente com o sr. governador do estado, onde visitaremos a fábrica da Mercedes-Benz, porque existe forte possibilidade dessa fábrica também se instalar no norte do estado de Santa Catarina. Como representante da minha região, estarei representando esta Casa na comitiva do sr. governador que irá até a Alemanha e ficará por quatro ou cinco dias naquele país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, da vereadora Maria Aldair de Carvalho, do nosso querido município de Porto União. Desejamos boas-vindas a esta Casa e que retorne sempre.

Para finalizar, sr. presidente, quero dizer que v.exa., além da capacidade para presidir a sessão, tem mais uma habilidade, que é a de encontrar documentos rapidamente para os colegas deputados, no caso para o deputado Nilson Gonçalves, pois v.exa. colaborou muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que nos acompanha nesta Casa, ouvi atentamente diversos parlamentares que me antecederam e pudemos constatar várias reclamações, inclusive de deputados da base governista, mas fiquei mais atenta ao pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves falando que as máquinas roncam e não trabalham.

Hoje, li no jornal de circulação da minha região de Blumenau, o *Jornal de Santa Catarina*, em uma das suas manchetes, o seguinte: Câmaras só no ano que vem. Essas são as câmaras de segurança prometidas pelo governador e por deputados da base governista que seriam instaladas em nossa cidade devido ao aumento da insegurança que vive a população blumenauense. A todo o momento estamos solicitando o aumento do efetivo, de equipamentos e a reforma do quartel da Polícia Militar e hoje o jornal divulga que câmaras somente ano que vem, porque faltam verbas, o que impede o aumento da vigilância policial em Blumenau. E novamente a nossa população está sendo enganada com esses discursos dizendo que as câmeras virão, dando até um prazo, o mês para virem, mas até agora nada.

Refiro-me a isso porque quero falar novamente que o estado diz que nunca há recursos, mesmo esses vindos de um grande montante do governo federal na ordem de R\$ 9,4 bilhões, para fazer as obras do pacto das estradas, da saúde e da educação que o povo catarinense está esperando ansioso, mas são recursos vindos do governo federal. Investimentos nas obras necessárias para a nossa população são muito poucos, principalmente esses elencados na questão da segurança que estamos esperando ansiosamente. Mas volto a frisar que se o estado quer fazer economia, não pode fazer suprimindo recursos nas áreas da segurança, da saúde e da educação.

Os números do próprio governo do estado demonstram que as secretarias de Desenvolvimento Regional causam prejuízo ao governo do estado. A prestação de contas das 36 secretarias entre os anos de 2007 e de 2012 aponta que dos R\$ 3,5 bilhões repassados a elas nesse período o valor investido em obras e serviços é praticamente o mesmo que é gasto para manter as unidades funcionando. A diferença é menor que 1%, ou seja, exato 0,85%.

O custeio das SDRs arrancou R\$ 1,76 bilhão dos cofres públicos sendo R\$ 492,3 milhões apenas com a folha de pagamento.

(Passa a ler.)

"A situação ainda é pior em mais da metade das secretarias de Desenvolvimento Regional. Num estudo feito pela assessoria do meu gabinete, elencamos 20 secretarias e os gastos foram maiores do que os investimentos, ou seja, gastou-se mais com pessoal, com custeio do que foi investido nas respectivas regiões.

Juntas, as unidades deficitárias gastaram R\$ 232 milhões a mais do que aplicaram nas obras a serviço da população catarinense.

A proximidade com o governador Raimundo Colombo não impediu o prejuízo em pelos menos duas secretarias. Falo isso sobre duas regiões, deputado Darci de Matos: a região de Lages e a capital do estado de Santa Catarina.

A secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, que abrange a capital do estado, onde está a sede do governo, e não entendo por que a existência de uma secretaria aqui, foi campeã de gastos. Apenas entre 2007 e 2012 a unidade gastou R\$ 43,8 milhões a mais do que ela investiu.

Os números também são negativos em outra região do governador, na cidade de Lages, onde há uma secretaria de Desenvolvimento Regional, terra natal e reduto político do governador, com *déficit* de R\$ 7,8 milhões.

Srs. parlamentares, estou dando um exemplo de duas secretarias, das 20 que são deficitárias, dentre as 36 secretarias existentes em todo o estado.

A prestação de contas ainda mostra que no ano eleitoral isso piora muito. Acumulado entre 2007 e 2011, por exemplo, havia 16 secretarias gastando mais com a estrutura do que com investimentos.

Em 2012, marcada pelas eleições municipais, a lista subiu para 20 secretarias deficitárias no estado. Gastam mais com a manutenção do que com os investimentos nas cidades catarinenses.

Das 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, os gastos com pessoal cresceu em R\$ 30 milhões apenas no ano de 2012, que foi um ano eleitoral, o que seria equivalente a R\$ 44 mil salários mínimos à época. Não é pouca coisa!

Então, quando vejo o secretário da Educação dizer que tem que economizar reenturmando os alunos em sala de aula, acho lamentável, pois esse corte de despesas deveria ocorrer nas Regionais.

A secretaria Regional da Grande Florianópolis ilustra bem essa escalada de contratações no ano eleitoral, se comparada ao ano de 2011. Apenas em 2012 a folha de pagamento na secretaria de Desenvolvimento Regional da capital aumentou em R\$ 2,5 milhões".

Srs. deputados, é lamentável que isso esteja acontecendo no governo do estado de Santa Catarina, pois pensei que o governador Raimundo Colombo iria extinguir ou diminuir o número de

secretarias existentes, pois é um déficit para os cofres públicos.

(Continua lendo.)

"Esses números comprovam a ineficiência das secretarias Regionais, mais do que isso, demonstram que as mesmas causam prejuízo ao erário público, ou seja, prejuízo à população catarinense.

Essas secretarias estão muito longe de cumprir os seus objetivos que justifiquem a sua criação: levar desenvolvimento a todas as regiões do estado e aproximar os serviços públicos à nossa população. Sempre questioneei e critiquei a existência das SDRs, que para mim são máquinas político-partidárias e grandiosos cabides de emprego.

É dever do estado, do governador reduzir essas estruturas, porque aí certamente vão sobrar recursos para a segurança, para as câmeras de monitoramento que vários parlamentares vieram aqui solicitar; para investimentos na área da educação, nas reformas das escolas que estão interditadas no município de Joinville, sendo os alunos atendidos em galpões.

Eu ando, srs. parlamentares, assim como os demais parlamentares, por todo o estado e testemunho, por exemplo, as centenas de ambulâncias, que não são mais ambulâncias, são ônibus circulando pelas nossas rodovias estaduais e federais trazendo as pessoas do interior do estado para se tratar em Florianópolis."

Para que servem as Regionais se não para as pessoas receberem um tratamento mais próximo das suas casas? Estamos verificando que os hospitais estão pedindo recursos. Por isso que a nossa crítica ao governo do estado de Santa Catarina é para mostrar onde os recursos estão sendo colocados de forma equivocada, causando um déficit muito grande à nossa população.

Não é justo, srs. parlamentares, que o nosso povo sofrido do interior do estado, na busca de tratamento na área da saúde, fique horas, dias e noites dentro de uma ambulância ou de um ônibus

para vir até a capital do estado de Santa Catarina receber atendimento.

Sr. governador, está aí a nossa crítica e a nossa sugestão. Chegou a hora de fazer a diferença. Ao invés de economizar sucateando os serviços na área da educação e da saúde, superlotando salas de aula, reduza as estruturas das secretarias de Desenvolvimento Regional. Com isso vai haver muito ganho para o governo do estado, vai haver muita sobra de dinheiro! Eu tenho certeza de que muitos parlamentares sabem que elas não funcionam, e eles nos dizem isso. Elas têm que ser reduzidas urgentemente para sobrar mais recursos do povo catarinense para investimentos nas áreas necessárias!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por dez minutos. E agradeço a v.exa. por ter feito a troca de horário comigo.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Deputado Nilson Gonçalves, que preside neste momento a sessão, caros colegas deputados, sras. deputadas, público que acompanha a nossa sessão, gostaria de saudar o nosso amigo ex-prefeito de Campo Erê, Nego Lima. Com certeza v.exa. terá um futuro político muito grande em Santa Catarina.

O deputado Sandro Silva esteve comigo na manhã de terça-feira acompanhando a posse do novo conselheiro estadual de Cultura e, ao mesmo tempo, o lançamento do Prêmio Cinemateca que já é lei estadual desde 2002.

Esse Prêmio Cinemateca foi concebido no sentido de dar àquele segmento cultural, a sétima arte, uma lei que pudesse dar tranquilidade e serenidade de que anualmente pudesse ter esse edital, e ao longo dos últimos anos isso vem acontecendo em Santa Catarina. Com isso o segmento de cinema vem crescendo em nosso estado, sendo que foi lançada agora a nona edição.

Como secretário de estado pude, além de quitar as dívidas pendentes do primeiro edital, fazer com que esse edital acontecesse em todos os anos.

Atualmente, há o Edital Elisabete Anderle. A primeira experiência desse edital foi em 2008, com o lançamento em 2009, sendo que há muitos anos o segmento cultural queria uma política cultural perene que pudesse dar a todos a igualdade de condições de disputar o recurso público. Através desse edital, que é aberto ao público, fizemos a assinatura do primeiro edital em 2008/2009. Quando voltamos à Assembleia Legislativa, em 2010, apresentamos o projeto de lei que aqui foi aprovado por unanimidade por todos os 40 deputados estaduais. O governador Raimundo Colombo sancionou a lei em 2011, foi feita a sua regulamentação e agora, de forma oficial, está-se atendendo à lei do Edital Elisabete Anderle que vai disponibilizar R\$ 7 milhões para sete segmentos da área cultural poderem participar do mesmo.

É importante salientar - e eu fazia isso naquele momento, deputado Nilson Gonçalves - a presença da Assembleia Legislativa nessas políticas culturais, pois é graças a ela, deputados Reno Caramori, Silvio Dreveck, Sargento Amauri Soares, Sandro Silva, Darci de Matos e deputada Ana Paula Lima, que estão presentes nesta sessão, que hoje temos uma política cultural em Santa Catarina, a começar pela criação do Fundo Cultural que disponibiliza recursos públicos para a área cultural, esportiva e de turismo. Mas estou falando aqui da área cultural.

Diante disso, a Assembleia Legislativa decidiu aprovar a lei desse fundo e hoje é um instrumento que permite ao governo do estado destinar recursos anualmente à área cultural.

Da mesma forma, esta Casa aprovou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer. Foi um grande diagnóstico que foi feito da área cultural, esportiva e turística de Santa Catarina, levantando as nossas potencialidades, as nossas dificuldades, transformando esse levantamento, esse diagnóstico em lei. Portanto, é mais uma participação, mais uma ação da Assembleia Legislativa para as políticas culturais do nosso estado.

Então, o Edital Elisabete Anderle, que foi proposição nossa, teve o apoio de todos os 40 deputados estaduais, numa tramitação de alto nível de discussão, redundando na aprovação do projeto de lei.

Quero citar rapidamente os principais pontos que argumentávamos naquele momento da aprovação. Antes, porém, quero cumprimentar o governador Raimundo Colombo, dando sequência ao governo de Luiz Henrique da Silveira, que foi o grande mentor da política, como também o atual secretário de Turismo, Cultura e Esporte, o amigo José Roberto Martins, conhecido como Beto Martins; o presidente da Fundação Catarinense de Cultura, Joceli de Souza, um gestor que deu à Fundação Catarinense de Cultura um novo momento, além de obras estruturantes, como também as políticas culturais; o Conselho Estadual de Cultura, os 21 conselheiros, na pessoa da Mary Elizabeth Benedet Garcia, atual presidente, pois na época o presidente era o dr. Péricles Prade, que foi o grande incentivador dessas políticas.

(Passa a ler.)

"A criação de editais permanentes de incentivo à cultura proporcionará a promoção de toda a cadeia cultural de nosso estado".

Foram essas as palavras que usamos no momento da apresentação do projeto de lei.

(Continua lendo.)

"Ainda ajudará na formação de novos artistas, na formação de público e na geração de emprego e renda. A transformação do Edital Elisabete Anderle fará com que o nosso estado tenha definitivamente uma política para o setor cultural. O projeto de lei visa consolidar o Programa de Edital, já instituído na secretaria de estado de Turismo, Cultura e Esporte, em parceria com o Conselho Estadual de Cultura e com a Fundação Catarinense de Cultura. No ano de 2008, lançamos o Edital Elisabete Anderle à cultura, que contemplou 189 projetos dos 1.428 inscritos para sete grandes áreas do edital, entre os quais estão a música, o teatro, as artes visuais, as letras, o patrimônio cultural e também as artes populares."

Esse programa que visa fomentar a economia cultural está direcionado a todos os catarinenses que desejam participar dela. O que aconteceu há muitos anos é que o acesso ao recurso público na área da cultura estava vinculado aos grandes centros, às grandes cidades, especialmente a nossa capital, onde há, é claro, uma grande programação cultural, onde há inúmeros artistas em todas as áreas. E como as nossas entidades estão aqui na capital do estado, muitas vezes o artista do interior do estado não tinha acesso ao recurso público porque tinha dificuldades de acessar as informações e de estar presente. Então, essas foram as principais fontes das nossas justificativas.

Quero também ressaltar, deputado Sandro Silva, o que fiz naquele momento da homenagem à Elisabete Anderle e por que escolhemos esse nome para o edital que foi aprovado pela Assembleia Legislativa. É importante lembrar que a professora Elisabete Anderle conquistou esse mérito durante toda a sua vida, mas o legitimou no breve período em que esteve à frente como presidente da Fundação Catarinense de Cultura, ocasião em que se dedicou integralmente à causa da cultura catarinense, revelando-se uma alma elevada que consolidava qualidade de forma singular.

Ela é culta e humilde; erudita e simples; elegante e despojada; apaixonada e sutil; generosa e justa, mas a sua maior qualidade é uma das virtudes da humanidade: ouvir e aprender ensinando. Sua partida prematura abreviou o tempo que teria para implantar as políticas culturais que havia planejado conosco. Esse programa de editais é um dos seus legados, razão que nos leva a solicitar a aprovação do nome Elisabete Anderle.

É importante lembrar a sua passagem aqui como profissional da área da educação. Em todos os setores que trabalhou, tanto na vida pública quanto na pessoal, ganhou somente amizades e elogios porque foi uma pessoa que fazia a diferença e que teve, entre tantas virtudes, a de ouvir, ser simples e humilde, ensinar da forma mais persuasiva. Eu aprendi muito com ela e me

emociono toda vez que falo sobre ela porque foi, sem dúvida, uma pessoa importante.

Toda a estrutura que realizamos em torno desses oito anos resume-se, deputado Nilson Gonçalves, especialmente nessa lei.

(Passa a ler.)

"Sinto-me como um artista plástico que criou a sua melhor obra. Um músico que compôs a sua melhor canção. Um produtor de teatro que produziu a sua melhor peça. Um escritor que escreveu o seu melhor livro. Uma profissional de dança que fez a sua melhor apresentação. Um produtor de cinema que lançou o seu melhor filme. Para mim, como deputado estadual, há seis mandatos, com 22 anos de Assembleia Legislativa, considero essa a minha melhor lei."

Essa, sem dúvida, com a parceria de todos os 40 deputados, é uma das melhores leis que aprovamos aqui em prol da defesa da cultura de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, pessoas que nos acompanham neste plenário, gostaria de fazer coro também ao deputado Gilmar Knaesel na homenagem à sra. Elisabete Anderle. Ela substituiu o sr. Jacó Anderle na secretaria da Educação, que no meu ponto de vista ainda se mostrou mais avançada do que ele em seus temas. Antes de falecer, ainda como secretária, discutiu algumas questões importantes para a educação catarinense, e um dos pontos, já assinado, inclusive, foi o compromisso da realização de eleição direta para a direção das escolas estaduais. Isso foi no inverno de 2006, pois mudou o governo, e ela faleceu. Houve uma nova eleição e Luiz Henrique foi reeleito e trocou o secretário, colocando, aliás, outro do mesmo partido, o PSDB, que foi o sr. Paulo Bauer.

Mas aqueles compromissos do inverno anterior não foram encaminhados, inclusive com bastantes conflitos na educação, no começo do segundo mandato de Luiz Henrique, compromissos esses que a sra. Elisabete havia assumido com a eleição direta para diretores de escolas estaduais. O secretário Paulo Bauer veio com novos horizontes e foi eleito senador.

Com certeza, então, esta homenagem, deputado Gilmar Knaesel, à professora Elisabete Anderle é muito justa. Inclusive porque é de se avaliar que se ela estivesse entre nós e estivesse comandando a educação no estado de Santa Catarina, talvez não tivéssemos agora também essa mais nova política do governo do estado chamada de re-enturmação. Uma palavra até feia, não é, deputado Silvio Dreveck? A própria palavra já diz a coisa, já deixa mais ou menos claro, um amontoamento de estudantes em uma sala de aula. Isso, além de tudo, reflete o fato de que temos muitas crianças, jovens e adolescentes sendo reprovados ou, pior ainda, abandonando a escola.

Isso depõe, aliás, contra a qualidade do ensino e contra as condições de trabalho do magistério, condições cada vez mais aviltantes, pois ser professor é um suplício. Evidentemente que há também o lado prazeroso da instigação, mas tem sido, na maioria dos casos, um suplício para os professores, uma carga bastante extensa de trabalho.

Então, quero fazer aqui esse manifesto e esse protesto contra a reenturmação, que é uma política que depõe, que trabalha contra a qualidade na educação do estado de Santa Catarina e contra as razoáveis, pelo menos, condições de trabalho para professores e professoras.

Mas quero retomar hoje um assunto que falava ontem: carreira e salário dos policiais e de bombeiros militares. Falava da prova da seleção interna que houve no último domingo, aniversário da polícia, onde mais de 3.800 soldados da Polícia Militar participaram de uma seleção para concorrer a 350 vagas de cabo dentro da instituição.

Evidentemente que essa é uma mobilização que indica que a categoria quer avançar, quer progredir e que se está estudando e se preparando. Aliás, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros estão cansados porque além da jornada semanal de 40 horas, há mais as 40 horas extraordinárias mensais, e quando não excedentes ainda para além dessas outras atividades, a fim de buscar algum ganho para garantir o sustento e a dignidade da família. A maioria dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros está estudando nesses últimos dois anos em curso superior, porque essa é uma necessidade dos tempos e é condição para a carreira. Daqui a três anos, para se fazer o curso de cabo ou de sargento, será necessário ter curso superior, seguindo a filosofia da necessidade de curso superior para ingresso.

Concordamos com essa política, mas é importante que sejam avaliadas as condições de trabalho, a falta de efetivo, a falta de mais companheiros para ajudar no mesmo serviço, e essa carga de trabalho junto com a necessidade de estudar e os compromissos familiares têm sobrecarregado e estressado a categoria que por conta, inclusive, de um salário bastante insuficiente tem se visto obrigada a realizar outras atividades na hora de folga para ver se consegue outra remuneração.

Então, é trabalho, trabalho de novo e estudo. Isso tem sido o cotidiano dos policiais e dos bombeiros militares, principalmente dos praças.

Evidentemente que defendíamos e defendemos outra possibilidade de ascensão funcional sem a necessidade, por exemplo, de realização do curso de cabo e a capacitação ser permanente, sistemática, periódica, para que pudesse haver a ascensão, a promoção, no caso dos militares, a graduação posterior sem a necessidade do curso que, aliás, muitas vezes, comete injustiças tenebrosas como, por exemplo, exigir de um profissional de mais de 40 anos de idade, mais de 20 anos de serviço, que está trabalhando inclusive

em função operacional, que realize, como se fosse um jovem, o teste de aptidão física.

Há casos de policial militar que trabalha na Polícia Ambiental, que apaga incêndio no Cambirela, no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, subindo e descendo serras, que têm problemas de coluna. Por conta disso, o médico não o libera para fazer o teste de aptidão física. Como ele não consegue fazer um dos exercícios, não consegue subir na carreira. Ou seja, para trabalhar todos os dias no serviço operacional de apagar incêndio no mato ele está apto, mas para fazer o curso de cabo não está.

Então, essas coisas têm que ser resolvidas. A legislação catarinense resolve isso, mas foram buscar na legislação federal da década de 60 a forma de colocar todo mundo no mesmo eixo, como se todos os policiais fossem jovens e estivessem na flor da juventude e em condições de fazer isso.

Assim sendo, é preciso verificar essas questões, criar uma política mais humanitária de valorização dos policiais e bombeiros, porque dizer depois de 20 e poucos anos de serviço, ainda em serviço operacional, que ele não pode fazer o TAF porque tem um problema na coluna e o médico não o liberar para fazer o abdominal, ele vai acabar morrendo nessa mesma graduação que fez. Mas temos que pensar primeiro na instituição e nas pessoas individuais! As instituições são feitas pelas pessoas com o compromisso ético e moral de defenderem e de honrarem a instituição. Isso é o que defendemos.

Com relação à questão do salário, desde 2011 que não se fala em salário de servidores da Segurança Pública, especialmente dos policiais e bombeiros. Esperava-se, no começo deste ano, a reposição da inflação, mas sequer isso foi encaminhado pelo governo, que parece que rompeu o compromisso com a data base, o que é lamentável. Outras categorias como o Magistério, a Saúde e agora, recentemente, os agentes penitenciários receberam um reajuste salarial neste ano, que foi não aquilo que mereciam e que precisavam. E para os militares e para os praças absolutamente não

houve nenhuma palavra. Será pelo fato de que nós não podemos fazer greve? E em 2008 tivemos consequências terríveis para aqueles que estiveram à frente daquele movimento.

Existe uma angústia na categoria, uma angústia na base entre os praças. Essa cobrança, essa pressão vem contra este parlamentar que representa a categoria e contra a entidade de classe, no caso a Aprasc, que cobra que sejamos mais incisivos com o governo na reivindicação do encaminhamento da política salarial. Mas trabalhamos no sentido de que haja por parte do governo uma atitude rápida, ética, eficaz e justa com relação a esse assunto. Há propostas nesse debate de salários, mas algumas não são justas. Então, o governo tem que cuidar para não tomar uma medida errada, que seja discriminatória, que provoque uma revolta dentro do espaço onde somente há uma angústia hoje.

Muito obrigado!

(SEM RECISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE(Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quero tratar de um assunto positivo e de outro que não é, lamentavelmente, positivo.

O positivo é que a primeira sessão do Superior Tribunal de Justiça confirmou, na tarde desta quarta-feira, ou seja, no dia de ontem, que os trabalhadores aposentados têm o direito de renunciar ao benefício para requerer nova aposentadoria em condições mais vantajosas. E para isso não precisam devolver o dinheiro que receberam da Previdência Social. Para a renúncia da aposentadoria, para fins da constituição do novo benefício, não implica o ressarcimento dos valores percebidos. Os beneficiários são direitos patrimoniais disponíveis e, portanto, suscetíveis à desistência de seus titulares, dispensando a devolução dos valores recebidos da aposentadoria a que o segurado deseja renunciar para a constituição de novo e posterior jubramento.

Em vários recursos julgados nos últimos anos, contrariando a posição do INSS, o STJ já vinha reconhecendo o direito à aposentadoria em alguns casos em que houve divergência sobre a restituição dos valores, mas a jurisprudência confirmou que a devolução não é necessária. Agora o STJ reitera a certeza de que o trabalhador que se aposentou proporcionalmente e continuou trabalhando e contribuindo para a previdência pode desistir do benefício e pedir a aposentadoria integral sem prejuízo do dinheiro que recebeu no período.

Esse direito dos aposentados nunca foi aceito pelo INSS, que considera impossível a renúncia ao benefício e nega todos os pedidos na via administrativa. A diferença entre os julgamentos anteriores e esse da primeira sessão é que a decisão tomada no rito dos recursos repetitivos vai orientar os cinco Tribunais federais do país na solução dos recursos que ficaram à espera da exposição do STJ.

Deputado Moacir Sopelsa, nós já conversamos sobre esse assunto da aposentadoria. Quem se aposentou e continuou pagando, como muitos de nós, e v.exa. é um deles também, e para muitos foi a aposentadoria proporcional e não integral, não tinha direito a isso. Espero que essa decisão tomada pelo STJ possa também contribuir para que todos aqueles que se aposentaram proporcionalmente requeiram o complemento, até porque é justo. Eles continuaram pagando a previdência e não tiveram o direito de receber a devolução quando efetivamente pararam de trabalhar.

Tenho absoluta convicção de que isso é injusto porque ele já pagou para se aposentar, ou seja, pagou aquilo que o INSS devolve hoje em forma de benefício, mas por conta dos anos de tempo de serviço, de idade. E continua trabalhando porque está ativo e não tem o direito de receber de volta nem de complementar a aposentadoria. Em que pese essa decisão, vale apenas para as aposentadorias proporcionais, mas já é um alento para os que requereram a aposentadoria proporcional. Portanto, é uma boa notícia para os aposentados que requerem a aposentadoria proporcional.

Outro assunto muito preocupante trata-se de uma decisão discutida em Brasília, na verdade, que gera revolta aos produtores que são proprietários de tratores e equipamentos, deputado Moacir Sopelsa. Para se ter uma ideia, a partir de 1º de junho as máquinas e implementos agrícolas fabricadas a partir de janeiro do mesmo ano deverão ser registradas com emplacamento e Certificado de Registro de Veículo - CRV - como os demais veículos. A medida faz parte das Portarias n.s 429 e 434, editadas pelo Conselho Nacional do Trânsito - Contran, que estão sendo discutidas pela Câmara Federal e que encontram uma série de resistências por entenderem ser prejuízo para os agricultores de todo o Brasil, principalmente para os agricultores que utilizam essas máquinas apenas na roça, não circulando nas rodovias. Com uma excepcionalidade ou outra, o uso dessas máquinas é nas plantações, nos terrenos usados para agricultura.

Deputado Moacir Sopelsa, na semana que vem não teremos sessão aqui por conta do Orçamento Regionalizado, mas devemos nos unir e fazer um apelo ao Contran e também aos nossos colegas deputados da Frente Parlamentar de Santa Catarina para que esse assunto não seja apenas decidido por uma portaria. É um assunto que merece um debate, pois há casos e casos. Assim sendo, temos que fazer algo para defender o agricultor catarinense.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelos dois assuntos que está abordando na tribuna.

Um deles diz respeito à aposentadoria. O contribuinte precisa contribuir dentro daquilo que determina a lei. Ele se aposenta com dez salários mínimos e depois de dez anos recebe menos de cinco. Então, é uma questão preocupante que precisa ser analisada, porque sempre acaba caindo em cima daqueles que têm menos recurso, daqueles que recebem menos.

O outro assunto diz respeito ao emplacamento dos veículos da agricultura. Espero que o Congresso, que os nossos deputados federais ou a própria presidente da República não venha a fazer isso através de um decreto. As máquinas dos produtores muito raramente estão transitando nas rodovias, a não ser que as propriedades dos agricultores estejam às margens das rodovias, senão elas vão trafegar dentro das suas propriedades.

Então, é mais um imposto que vamos colocar em cima daqueles que têm a missão de produzir alimentos. Por isso que diretamente ou indiretamente o nosso alimento tem mais de 48% de impostos, de tributos. Uma coisa que deveria ser isenta para o consumidor, para o produtor, para que pudesse ter um lucro. Mas que ele possa também ter acesso àquilo que é de mais sagrado em nossa vida.

Por isso quero cumprimentá-lo e agradecê-lo pelo aparte que v.exa. me concedeu.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado.

Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento porque de fato são dois assuntos relevantes. Temos que reconhecer que o STJ está fazendo justiça com aqueles que se aposentaram proporcionalmente, mas eles continuam pagando INSS. É uma questão de justiça.

O segundo assunto que relatamos aqui diz respeito ao emplacamento, ao pagamento, o que causa um transtorno aos pequenos proprietários. V.Exa. tem razão: a maioria utiliza dentro da sua própria propriedade. Há exceções de que haja propriedades que possam utilizar parte de um trecho da rodovia, mas são pequenas exceções. Temos que ver quem a lei atinge, que é praticamente todos. Então, as exceções devem ser tratadas como exceções. Mas no nosso retorno espero poder fazer um documento para enviar à Câmara Federal nesse sentido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves)
- Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, pessoas que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero fazer menção aqui, inicialmente, à questão das escolas estaduais e me referir ao projeto de lei de autoria do deputado Gelson Merisio, ex-presidente desta Casa, que tramita na comissão de Educação, Cultura e Desporto, que me parece que também é autor de mais dois outros projetos de conteúdo similar que versam sobre a consulta pública para a escolha dos diretores das escolas estaduais de Santa Catarina.

Ao ler o projeto do deputado Gelson Merisio, que é um projeto que me parece que já foi implantado em outros estados do Brasil, vi que não se trata de eleição direta. Nós fugimos da politização do processo eleitoral da escolha de diretores, o que não é bom para a educação, porque não podemos, de forma alguma, misturar educação com política e vice-versa.

Assim sendo, o referido projeto estabelece uma série de critérios como, por exemplo, a formação do professor indicado para dirigir a escola; um projeto de gestão escolar; a participação dos alunos, diretores e da comunidade através de uma consulta pública. Portanto, com a aprovação deste projeto, que espero que possamos aprovar neste ano, poderemos ter gestores com conhecimento, com mérito, com serviço prestado e, sobretudo, com compromisso com a educação e com a comunidade, porque, sr. presidente, não me sinto a vontade de indicar um diretor de uma escola.

Deputado Carlos Chiodini, presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, esse projeto tramitará na comissão e não podemos fugir desse debate! Quando posso, não indico um diretor para uma determinada escola que me pedem, mas quando a pressão é muito grande, ligo para a secretaria Regional da minha região ou da região que me pedem para solicitar à diretora da Gered que verifique o nome de um determinado diretor,

faça uma avaliação criteriosa da história, da formação, da ficha desse professor ou professora que está sendo indicado para dirigir a escola, uma vez que não nos sentimos confortáveis em indicar pura e simplesmente a diretora de uma escola, pois poderemos estar incorrendo em erro, em injustiça. Porque daqui a pouco poderemos tirar uma diretora que faz um bom trabalho na comunidade, na escola, com os professores e alunos e colocar outra, política, que não vai dar certo na direção daquela escola.

Então, precisamos definitivamente separar as coisas e ver o que é fundamental para o contexto e para o cenário de Santa Catarina sobre a gestão escolar da educação. Educação é educação, política é política.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Deputado Darci de Matos, não posso deixar de dizer que concordo plenamente com a essência do seu pensamento e do seu discurso sobre a necessidade de aperfeiçoarmos o modelo de escolha dos diretores de escola. É um cargo que constrói o futuro das pessoas, a construção da cidadania e não podemos, de forma alguma, continuar deixando que seja exercido da mesma forma de muitos anos atrás. É uma política cultural no Brasil que precisa ser mudada.

Também entendo que este debate precisa ser aprofundado. Já existem modelos em nosso país, a exemplo do estado de São Paulo, onde há concurso para gestor escolar. A pessoa que passar no concurso poderá ser gestor ou diretor de uma determinada escola por um período de até três anos e depois ele passa para outro educandário e assim sucessivamente.

Então, são assuntos diversos que precisam ser debatidos com a sociedade, com a classe dos professores, com os pais dos alunos, com a comunidade escolar propriamente dita, a fim de ser escolhido o melhor processo.

Mas não posso deixar de parabenizá-lo, deputado, por levantar um tema tão oportuno e importante para o nosso dia a dia.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado.

Sr. presidente, quero fazer menção ao pronunciamento da eminente e competente deputada Ana Paula Lima.

Com relação às câmeras de monitoramento, quero informar que o governo do estado, neste ano, deputado Silvio Dreveck, está adquirindo e vai instalar em parceria com os municípios 1.400 câmeras de monitoramento em 100 municípios do estado de Santa Catarina. É o maior volume de câmeras de monitoramento que um governo do estado vai instalar somente em um ano.

Portanto, quero clarear o que foi dito pela deputada Ana Paula Lima, que fez críticas sobre as câmeras de monitoramento. Estou aqui dando a boa notícia que me foi passada pela secretaria da Segurança Pública.

As câmeras estão sendo adquiridas e estão sendo firmadas parcerias com os municípios, conforme critério e necessidades técnicas levantadas pela secretaria da Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil. Elas serão instaladas ainda este ano.

Deputado Nilson Gonçalves, somente em Joinville serão instaladas 120 câmeras de monitoramento. Claro que Joinville é a maior cidade do estado, é a locomotiva econômica de Santa Catarina. Merecemos essas câmeras de monitoramento que são fundamentais porque inibem as pessoas de cometerem crime e dão elementos para que a polícia possa prender os bandidos.

Então, é essa a nossa informação. O governo de Raimundo Colombo é um governo competente. É um governo ousado, corajoso, que organizou o governo, economizou recursos e que agora transforma Santa Catarina num canteiro de obras em todas as áreas. Na área da segurança, na área da educação, na área da saúde com construções de policlínicas e, sobretudo, na infraestrutura, deputada Ana Paula Lima, com recursos do BNDES, do governo da

presidente Dilma Rousseff. É bem verdade que são recursos que estamos emprestando do governo federal, com exceção dos R\$ 500 milhões que são de fundos perdidos.

Mas o governo de Raimundo Colombo se entende com a presidente Dilma Rousseff. Temos um excepcional relacionamento e não poderia ser diferente, deputado Silvio Dreveck, porque quando acabarem as eleições teremos que enrolar as bandeiras e pensarmos nos municípios, pensarmos no estado, pensarmos nas pessoas. E é isso que o governador Raimundo Colombo está fazendo.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Quero somente contribuir com o seu pronunciamento, deputado Darci de Matos. Nós já tínhamos a notícia de que Joinville vai receber esse grande número de câmeras de vigilância e a nossa briga como deputado, como liderança na cidade era justamente fazer com que essas câmeras chegassem até os bairros da cidade como Paranaguamirim, Iririú, Jardim Paraíso, porque Joinville está-se tornando uma cidade com grandes lojas, pois grandes redes estão indo para lá. Por isso estão acontecendo muitos assaltos, sendo que até muitos bandidos arrombam lojas com carros, causando grandes transtornos à região e aos bairros da cidade. Então, é necessário levar essas câmeras de vigilâncias, principalmente, para os bairros da cidade.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Sandro Silva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Pegando uma carona naquilo que falava o deputado Darci de Matos, quero dizer também que realmente as câmeras de vigilância são fundamentais para a segurança dos bairros de Joinville.

Queremos agradecer aos funcionários da Casa que trabalharam e colaboraram para que se levasse a bom termo esta sessão, aos policiais militares

que dão segurança a esta Casa, ao pessoal da TVAL, ao pessoal da imprensa e às funcionárias queridas que assessoram a Mesa Diretora.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h.

Está encerrada a sessão.